

evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, e incidirá sobre os parâmetros a seguir indicados: A = capacidade de expressão oral, fluência verbal, organização e correção do discurso; B = motivação profissional, experiência profissional, projeto de carreira, cursos profissionais e grau de responsabilidade assumido até à atualidade; C = conhecimentos profissionais e sentido crítico, sobre a área de atividade a prover; D = interesses dominantes, disponibilidade, dinamismo, relacionamento interpessoal e sociabilidade.

A entrevista profissional de seleção é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. Este método é realizado e valorado, nos termos do artigo 13.º e dos n.ºs 6 e 7 do artigo 18.º da Portaria.

19 — A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção equivale à desistência do concurso, e serão excluídos do procedimento, os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção, não lhes sendo aplicado o método de avaliação seguinte.

20 — Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22.01, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06.04.

21 — Composição do júri:

Presidente: Henrique Manuel Costa Fernandes, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível de Obras, Urbanismo e Serviços Urbanos; 1.º vogal efetivo: José Lourenço Calado Motaco, técnico superior (Engenheiro dos Recursos Naturais e Ambiente), que substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos; 2.º vogal efetivo: João Paulo Vieira Correia, técnico superior (Gestão de Recursos Humanos), 1.º vogal suplente: Vera Mónica Pires Cipriano, técnica superior (Engenharia Agronómica) e 2.º vogal suplente: Francisco Diogo de Contente Parelho, técnico superior (Engenheiro Civil).

22 — Nos termos da alínea *t*) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22.01, na sua atual redação, as atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultados aos candidatos sempre que solicitadas.

23 — Os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22.01, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06.04, para realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

24 — Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local para realização dos métodos de seleção, nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas nas alíneas do n.º 3 do artigo 30.º da referida Portaria.

25 — A lista dos resultados obtidos em cada método de seleção será afixada no Setor de Gestão de Recursos Humanos, sito no Edifício dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal e divulgada na página eletrónica do Município.

26 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada no Setor de Gestão de Recursos Humanos, sito no Edifício dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal e disponibilizada na página eletrónica.

27 — Quota de emprego: Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03.02, para o preenchimento do lugar posto a concurso, um candidato com deficiência devidamente comprovada, com incapacidade igual ou superior a 60 % tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. De acordo com o mesmo Diploma, e para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção.

28 — Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 01.03, em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

29 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22.01, na sua atual redação, o presente aviso será publicitado, na bolsa de emprego público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação, na página eletrónica da Câmara Municipal de Alter do Chão, por extrato e, no prazo máximo de três dias úteis, contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

25 de fevereiro de 2016. — O Presidente da Câmara, *Joviano Martins Vitorino*.

309384542

MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE

Aviso n.º 2919/2016

Arq.ª Célia Margarida Gomes Marques, Presidente da Câmara Municipal de Alvaiázere, torna público, que por deliberação da Câmara Municipal de Alvaiázere, tomada na sua reunião ordinária de dezassete de fevereiro de 2016, foram aprovados os projetos:

Regulamento da Biblioteca Municipal de Alvaiázere;
Regulamento do Museu Municipal de Alvaiázere;
Regulamento do Cartão Jovem Municipal;
Regulamento do Cartão Social do Município do Concelho de Alvaiázere;
Regulamento do Cartão da Idade Maior;
Regulamento de Participação de Atividades Económicas no Evento «Alvaiázere Capital do Chicharo».

Assim, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, submetam-se os referidos projetos de Regulamentos anteriormente referidos, pelo prazo de 30 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

Os referidos projetos encontram-se disponíveis para consulta no Serviço de Atendimento da Câmara Municipal e no *site* do Município www.cm-alvaiazere.pt.

As sugestões propostas e/ou reclamações, deverão ser apresentadas por escrito no prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação desta aviso no *Diário da República*, devendo ser dirigidas ao Presidente da Câmara de Alvaiázere, por via postal para a Praça do Município, 3250-100 Alvaiázere, entregues pessoalmente nos serviços de atendimento do Município, por fax 236650609 ou por correio eletrónico: geral@cm-alvaiazere.pt, com a identificação do remetente, morada e identificação fiscal.

Para geral conhecimento, se publica o presente aviso e outros de igual teor, vão ser afixados nos lugares públicos do costume, no *Diário da República* e no *site* do Município.

18 de fevereiro de 2016. — A Presidente da Câmara, *Célia Margarida Gomes Marques*, Arq.ª

309368431

MUNICÍPIO DE ANSIÃO

Editais n.º 212/2016

Torna-se público que, a Câmara Municipal em sua reunião ordinária realizada no dia 19 de fevereiro de 2016, deliberou, por unanimidade, e em cumprimento do disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, submeter o Projeto de Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho de Ansião a Consulta Pública e a Audiência dos Interessados, pelo período de 30 dias a contar da data da publicação do presente Edital no *Diário da República*, 2.ª série, podendo o mesmo ser consultado no Departamento Administrativo e Financeiro do Município durante o horário normal de funcionamento (09:00h/17:00h) e no portal do Município em www.cm-ansiao.pt.

Assim, convidam-se todos os interessados a dirigir, por escrito, ao Presidente da Câmara Municipal, eventuais sugestões, em sede de Consulta Pública e Audiência dos Interessados, dentro dos períodos atrás referidos, as quais deverão ser remetidas ao Município, Praça do Município, 3240-143 Ansião, ou para o endereço de correio eletrónico da Câmara Municipal de Ansião (geral@cm-ansiao.pt).

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo, bem como no portal do Município em www.cm-ansiao.pt.

24 de fevereiro de 2016. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Rui Alexandre Novo e Rocha*.

309390309

Editais n.º 213/2016

Torna-se público que a Câmara Municipal, em sua reunião ordinária realizada no dia 19 de fevereiro de 2016, deliberou, por unanimidade, e em cumprimento do disposto nos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, submeter o Projeto de Regulamento do Mercado Municipal de Ansião a Consulta Pública e a Audiência dos Interessados, pelo período de 30 dias a contar da data da publicação do presente Edital no *Diário da República*, 2.ª série, podendo o mesmo ser

consultado no Departamento Administrativo e Financeiro do Município durante o horário normal de funcionamento (09:00h/17:00h) e no portal do Município em www.cm-ansiao.pt.

Assim, convidam-se todos os interessados a dirigir, por escrito, ao Presidente da Câmara Municipal, eventuais sugestões, em sede de Consulta Pública e Audiência dos Interessados, dentro dos períodos atrás referidos, as quais deverão ser remetidas ao Município, Praça do Município, 3240-143 Ansião, ou para o endereço de correio eletrónico da Câmara Municipal de Ansião (geral@cm-ansiao.pt).

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou o presente Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo, bem como no portal do Município em www.cm-ansiao.pt.

24 de fevereiro de 2016. — O Presidente da Câmara Municipal,
Dr. Rui Alexandre Novo e Rocha.

309390366

MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS

Aviso n.º 2920/2016

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessou a relação jurídica de emprego público, por motivo de aposentação no dia 28 de dezembro de 2015 o trabalhador José Augusto Gama Rodrigues, Assistente Operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na atividade de condução de máquinas, com a posição remuneratória 2/nível 2 e remuneração mensal de 566,41 €.

15 de fevereiro de 2016. — No uso dos poderes delegados, a Vice-Presidente da Câmara, *Rute Miriam Soares dos Santos.*

309362453

MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Aviso n.º 2921/2016

Nomeação de chefe DMOPPUD

Em cumprimento do disposto na alínea a) n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna-se público que, por meu despacho de 15 de fevereiro de 2016, foi nomeada, em regime de substituição, a técnica superior de arquitetura, Cristina Hortense Gonçalves Fontinha Vieira, para o cargo de chefe da Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento, com efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2016.

18 de fevereiro de 2016. — O Presidente da Câmara Municipal, *Carlos António Pinto Coutinho.*

309388617

MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL

Aviso n.º 2922/2016

Procedimento concursal comum, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para um assistente operacional (operador de estações elevatórias, de tratamento ou depuradoras).

1 — Para os efeitos do disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, conjugado com o artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, do disposto no n.º 1 do artigo 47.º, do disposto no n.º 2 do artigo 62.º e do n.º 2 do artigo 64.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, torna-se público que, por despacho do senhor Presidente, datado de 24 de fevereiro de 2016, em complemento das deliberações tomadas pela Câmara nas suas reuniões ordinárias realizadas em 10 de julho de 2015 e 12 de fevereiro de 2016 e das deliberações da Assembleia Municipal tomadas nas sessões ordinárias de 11 de setembro de 2015 e 19 de fevereiro de 2016, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum, destinado ao recrutamento para ocupação de um posto de trabalho para a carreira/categoria de assistente operacional (operador de estações elevatórias, de tratamento

ou depuradoras), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, conforme mapa de pessoal aprovado para o ano de 2016.

2 — Ao presente procedimento é aplicável a tramitação prevista na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril e na LOE2015 (Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro).

3 — No que concerne ao cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, verifica-se que não existe ainda reserva de recrutamento constituída junto da Direção Geral da Administração e do Emprego Público (enquanto ECCRC), bem como não existem reservas de recrutamento na Câmara Municipal de Carregal do Sal que satisfaçam a necessidade do recrutamento em causa.

4 — De acordo com a solução interpretativa uniforme da Direção Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada por S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014, «As autarquias locais, não têm de consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação».

5 — Número de postos de trabalho — Um posto de trabalho para Assistente Operacional, para o exercício de funções de operador de estações elevatórias, de tratamento ou depuradoras, integrado na Divisão de Obras Municipais e Ambiente.

6 — Caracterização do posto de trabalho — O constante no anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, ao qual corresponde o grau 1 de complexidade funcional, complementado pelas seguintes funções: operar diversos mecanismos referentes à operação das ETAR's e estações elevatórias; cuidar da limpeza e da lubrificação dos grupos de máquinas e equipamentos; e remover lamas de ETAR e fossas municipais com o recurso às respetivas máquinas e equipamentos.

7 — A descrição de funções em referência não prejudica a atribuição ao trabalhador de outras funções, não expressamente mencionadas, que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha qualificação profissional adequada e que não impliquem desvalorização profissional, nos termos do artigo 81.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

8 — O procedimento concursal é válido para o preenchimento do posto de trabalho referido e para os efeitos do previsto no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

9 — O posicionamento remuneratório respeita o determinado pelo artigo 38.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

10 — Em cumprimento do n.º 2 do artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, os candidatos detentores de uma relação jurídica de emprego público informam prévia e obrigatoriamente a entidade empregadora pública do posto de trabalho que ocupam e da posição remuneratória correspondente à remuneração que auferem.

11 — Local de trabalho — Área do Município de Carregal do Sal.

12 — Requisitos de recrutamento:

12.1 — O recrutamento para constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado inicia-se sempre de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, em cumprimento do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e nos termos do estabelecido no artigo 48.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

12.2 — Em caso de impossibilidade de ocupação de posto de trabalho por aplicação das normas descritas, proceder-se-á ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público (autorização concedida pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de 11 de setembro de 2015 e renovada na sessão ordinária de 19 de fevereiro de 2016) e que, até ao termo do prazo fixado, reúnam cumulativamente os requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou não interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis da vacinação obrigatória.

13 — Nível habilitacional exigido:

13.1 — Escolaridade mínima obrigatória (quatro anos para os indivíduos nascidos até 31 de dezembro de 1966, seis anos para os indivíduos